

A LÓGICA PRIVATISTA NA GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS PÚBLICOS DE MUNICÍPIOS SERGIPANOS

BETISABEL VILAR DE JESUS SANTOS¹
betisabelvilar@ig.com.br

A partir da Constituição Federal de 1988 e de todo aparato legal, das políticas e programas que lhe dão sustentação, a educação brasileira ganhou contornos bastante complexos. Para efeito desse estudo, interessa a Educação Básica que tem por finalidade assegurar ao educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Para tanto, esta oferta deve ser qualificada (Art. 4º da LDB). O atendimento às prescrições de qualidade gerou novas demandas a exemplo da aferição do desempenho cognitivo dos alunos em avaliações em larga escala. Por conseguinte, passou a requerer a adoção de uma nova postura por parte daqueles que conduzem sistemas e escolas. Desse modo, tem se verificado uma tendência entre os gestores dos sistemas públicos de todo o país de conduzir suas políticas educacionais pautadas na lógica privada mercantil, por meio da contratação de sistemas privados de ensino. Os impactos se fazem sentir tanto na gestão quanto na área pedagógica, sinalizando para uma nova ordem que ao ocupar o espaço público, intervém na autonomia da escola em definir sua proposta pedagógica. Autores como Adrião et al. (2009) atribuem esta tendência ao intenso processo de municipalização de ensino, que trouxe responsabilidades significativas para a esfera administrativa municipal sem que fossem dadas as condições operacionais para assumi-las. De modo geral, os sistemas privados possuem em comum o fato de terem a mesma estrutura e suscitar acirrados debates sobre sua efetividade no processo educativo. Frente as questões que o tema suscita e tendo como lócus de estudo os municípios sergipanos, pergunta-se: Como esta lógica vem sendo materializada nos sistemas públicos de ensino? Em que medida os sistemas de ensino sergipanos tem aderido a tais propostas? Existe de fato um sistema público de ensino? Na busca de entender esse processo, foi produzido o presente estudo que tem por objetivo investigar em que medida a lógica privatista está se delineando nas políticas educacionais dos sistemas educacionais públicos de Sergipe. Para tanto, o estudo traça um panorama geral das redes públicas de ensino de Sergipe, tendo em vista a matrícula, o número e infraestrutura das escolas, perfil dos diretores, dos professores e dos alunos e o desempenho da rede no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Em seguida, apresenta as redes municipais de ensino que tem adotado sistemas privados de ensino e como estes vem se materializando. Por fim, busca fazer uma aproximação entre o desempenho nas avaliações em larga escala e a adoção desses sistemas. O Estado de Sergipe conta com 75 municípios que frente as exigências em assegurar recursos vem se apropriando dos resultados obtidos pelas avaliações em larga escala e em particular do Ideb e iniciando o processo de contratação de sistemas privados de ensino. A rede estadual e a rede municipal de ensino de Aracaju, tem a dianteira desse processo. Cabe destacar que trata-se de um estudo preliminar, de caráter exploratório, que na busca por compreender a dinâmica da parceria, pautou sua análise nos documentos disponibilizados sobretudo nos sites do Ministério da Educação, no QEduc e das prefeituras, além da consulta a publicações sobre o tema. As primeiras análises revelaram que a implantação dos sistemas privados ainda apresenta-se restrito a poucos municípios com tendência a

¹ Professora da Universidade Tiradentes e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC/RS em convênio com a Unit.

ampliar-se em função da ausência de propostas pedagógicas consistentes, por parte dos sistemas e das escolas, capazes de promover a melhoria do desempenho dos alunos. Observa-se também uma inserção das empresas responsáveis por tais sistemas nos eventos dos gestores municipais. Neste contexto, vai se delineando novos contornos, mudando a lógica de gestão do público, tendo como parâmetro o privado.

Palavras-chave: Educação Municipal. Gestão. Sistemas Privados de Ensino.